

Possui comprovada experiência e formação nas diversas áreas da Divisão de Obras, Investimentos e Ambiente, designadamente: contratação pública; elaboração e gestão de contratos de empreitadas de obras públicas; preparação e remessa de processos para visto prévio do Tribunal de Contas; planeamento, gestão e controlo de empreendimentos de engenharia com o computador; avaliação de imóveis; preparação e gestão das candidaturas a fundos comunitários.

Chefe da Divisão de Obras Partic. e Gestão Urbana — nota curricular:

Noémia Maria Torres Maia, nascida a 05 de novembro de 1955; Licenciada em Arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto (1979)

Experiência profissional

Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana do Município de Ílhavo, em regime de substituição (desde fevereiro de 2000)

Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo do Município de Ílhavo, em comissão de serviço (dezembro 1985 a janeiro 2000)

Técnica Superior de Arquitetura do Município de Ílhavo (agosto 1980 a novembro 1985)

Profissional Liberal de Arquitetura (setembro 1979 a dezembro 1985)
Professora de Educação Visual, Escola Preparatória de Oliveira do Bairro (setembro de 1979 a agosto de 1980)

Do seu percurso profissional destacam-se as seguintes atividades/funções: emissão de pareceres preparatórios das decisões relativas ao licenciamento de operações urbanísticas; elaboração de regulamentos municipais; elaboração de pareceres relativos a projetos de decreto-lei e de Decreto Regulamentar; membro da equipa técnica de Revisão do PDM; emissão de pareceres no âmbito do Plano Regional de Ordenamento do Território — Centro Litoral (PROT-CL) e do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), ambos da iniciativa da Administração Central; acompanhamento e emissão de pareceres relativos a Planos Gerais de Urbanização (PGU), Planos de Pormenor (PP) e Plano Diretor Municipal (PDM); colaboração na elaboração de Planos de Pormenor (PP); gestão da equipa técnica multidisciplinar de avaliação geral de imóveis; gestão de plataformas no âmbito da Administração Eletrónica: SIRJUE, DRAPC, SiliAmb, SI-RJET, SIOU, Licenciamento Zero, SIR, Portal das Finanças/AT-Pedido de Plantas de Arquitetura; avaliadora e membro do Conselho Coordenador de Avaliação (SIADAP).

Possui comprovada experiência e formação nas diversas áreas que integram a Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, designadamente: Urbanização e Edificação, RJUE, Licenciamento Industrial, Loteamentos e Obras Particulares, Publicidade e Ocupação do Espaço Público, Licenciamento Zero, Fiscalização e contraordenações, Licenciamentos diversos, Arquivo documental desmaterializado, Assinatura Eletrónica, Domínio de aplicações em ambiente Windows, Internet e Intranet, aplicações SIGMA (Sistema Integrado de Gestão Municipal) e Autodesk Design Review.

Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos — nota curricular:

João José Oliveira Carlos, nascido a 08 de outubro de 1968; Licenciado em Planeamento Regional e Urbano pelo Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro (1994).

Experiência profissional

Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos do Município de Ílhavo, desde junho de 2003.

Responsável pela Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos, do Município de Ílhavo (2001 a 2003)

Técnico Superior de Planeamento Regional e Urbano do Município de Ílhavo, desde 2000.

Técnico Urbanista, integrado no Gabinete Técnico Local (GTL) da Câmara Municipal da Mealhada (1998/2000).

Técnico urbanista, no “Gabinete Ventura da Cruz Planeamento, L. da”, Aveiro (1996/1997).

Técnico urbanista, no “Atelier de Arquitectura e Desenho Urbano Pompilio Souto, L. da”, Aveiro (1996).

Estágio Profissional em Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) na UNAVE, Universidade de Aveiro (1995 a 1996)

Professor de Geografia e Ciências Sociais da Escola Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima de Aveiro (1994 a 1995)

Diretor da Associação Portuguesa de Planeadores do Território — APPLA (1997 a 2000).

Do seu percurso profissional destacam-se as seguintes atividades/funções: elaboração e alteração de vários estudos urbanísticos, planos de alinhamentos (PA's), arranjos de espaços exteriores e loteamentos de Interesse Municipal promovidos pela CMI, elaboração e tramitação de vários planos de escala municipal, com particular destaque para os

Planos de Pormenor, elaboração de pareceres urbanísticos de apoio à tomada de decisão, responsável por vários processos de relevante interesse municipal: RIP's, desafetação/missão de uso de REN e RAN e respetivas tramitações, elaboração de informações respeitantes a processos que necessitaram de articulação com as restantes divisões técnicas do Departamento de Obras, Urbanismo e Ambiente (DOUA); coordenação de diversos trabalhos, de entre os quais: processo de Revisão do PDM de Ílhavo, elaboração das Candidaturas ao “Programa de Parcerias para a Regeneração Urbana” para as Cidades da Gafanha da Nazaré e de Ílhavo, com acompanhamento e integração na Unidade de Direção, para a implementação da Parceria para a Regeneração Urbana do Centro Histórico de Ílhavo, acompanhamento e apoio na elaboração de vários trabalhos (informações, fornecimento de elementos), designadamente: elaboração e apreciação dos Estudos e Planos Municipais de Ordenamento do Território a executar para a Câmara por técnicos ou gabinetes particulares, processos de elaboração e revisão de vários planos de nível superior (PSRN2000, PROF-C, PROT-C, POOC OMG), elaboração e tramitação de planos de escala Intermunicipal (Unir a Ria, PIMTRA), elaboração de outros planos de escala municipal (PMDFCI/PMEI/PMMTI/Carta Educativa/ Mapa de Ruído); membro de várias Comissões Municipais, nomeadamente de Trânsito e Toponímia.

Possui comprovada experiência e formação nas diversas áreas da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projetos, designadamente: ordenamento do território e revisão dos PDMs; sistema Geoinvest; Sistemas de Informação Geográfica (SIGs); execução de planos de perequação, topografia e cadastro.

Chefe da Divisão de Gestão de Equipamentos e Serviços Urbanos:

Pedro Manuel Miranda Nunes, nascido a 01 de janeiro de 1973; Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (1996); Membro da Ordem dos Engenheiros, com habilitação para projetar, executar e dirigir obras de construção civil (1997); Habilitação para o exercício das funções de Coordenador de Segurança em Obras, reconhecido pelo IDICT; Licença de projetista de redes de gás, conferida pela Direção Geral de Energia (1998).

Experiência profissional

Chefe da Divisão de Gestão de Equipamentos e Serviços Urbanos do Município de Ílhavo, em regime de substituição, desde junho de 2003.

Técnico Superior de Engenharia Civil do Município de Ílhavo (abril de 2000 a maio de 2003).

Diretor de obras de urbanização e execução de pisos industriais de betão pronto, Vagos (junho de 1998 a março de 2000).

Diretor Técnico de Unidade Fabril, responsável pelas áreas da produção e comercialização de produtos e pela área de recursos humanos, Vagos (agosto de 1997 a maio 1998).

Diretor de Obra de uma Unidade Fabril — produção de betão, Vagos (outubro 1996 a julho 1997).

Do seu percurso profissional destacam-se as seguintes atividades/funções: direção e fiscalização das obras de construção civil de administração direta do Município; coordenação e responsabilidade pela manutenção e preservação de todos os equipamentos Municipais e espaços públicos; responsável e formador da área de Higiene e Segurança no Trabalho; coordenador do apoio logístico aos eventos Municipais; avaliador e membro do Conselho de Coordenação da Avaliação (SIADAP);

Possui comprovada experiência e formação nas diversas áreas da Divisão de Gestão de Equipamentos e Serviços Urbanos, designadamente: comportamento e características térmicas dos edifícios; reabilitação de infraestruturas de saneamento básico; segurança na construção; acústica de edifícios e controlo de ruído; higiene e segurança no trabalho; eficiência hídrica em edifícios e espaços públicos; segurança em eventos; contratação pública; uso eficiente da água em espaços verdes; fiscalização de empreitadas e obras públicas.

31 de julho de 2013. — O Presidente da Câmara, *José Agostinho Ribau Esteves*, engenheiro.

307170755

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso (extrato) n.º 10552/2013

Para os devidos efeitos e nos termos do disposto nos artigos 49.º, 57.º e 58.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, notifica-se Adelino Correia Fonseca, com a categoria de Fiscal de Obras da Câmara Municipal de Lisboa, que a Câmara Municipal de Lisboa, reunida a 24 de julho de 2013, deliberou aprovar a Proposta n.º 661/2013 e aplicar-lhe no âmbito do Processo Disciplinar n.º 34/2012 PDI a pena de demissão,

a qual começa a produzir os seus efeitos legais, nos 15 dias após a data da publicação do presente aviso, de acordo com o artigo 58.º do Estatuto, bem como arquivar os Processos Disciplinares n.os 49/2011 PDI, 92/2011 PDI e 115/2011 PDI por prescrição.

A pena foi-lhe aplicada por ter violado os deveres gerais de assiduidade e zelo, nos termos do disposto no artigo 3.º do Estatuto.

Informa-se ainda que da referida decisão cabe recurso nos termos da Lei.

1.08.2013 — O Diretor de Departamento, *João Pedro Contreiras*.
307169419

MUNICÍPIO DE LOURES

Aviso n.º 10553/2013

Mobilidade interna intercarreiras ou categorias

Para os devidos efeitos, torna-se público que por despacho superior de 19 de julho de 2013, foi autorizada a mobilidade interna intercarreiras ou categorias da trabalhadora Ana Sofia da Silva Teixeira e Sá, para o desempenho de funções na carreira/categoria de Técnico Superior, mantendo a remuneração devida à categoria atualmente detida de Assistente Técnica, de acordo com o disposto nos artigos 60.º e 63.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na atual redação e de acordo com o disposto no n.º 2 da alínea *d*) do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, com efeitos a partir de 22 de julho de 2013.

23 de julho de 2013. — Por subdelegação de competências da Vereadora dos Recursos Humanos, o Diretor do Departamento, *Carlos Santos*.
307149111

MUNICÍPIO DE RIBEIRA DE PENA

Aviso n.º 10554/2013

Agostinho Alves Pinto, Dr.º, Presidente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena, torna público, em cumprimento e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º e n.º 2 do artigo 77.º, ambos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, que a Câmara Municipal de Ribeira de Pena, deliberou, na sua reunião extraordinária realizada a 13 de junho de 2013, pela desistência do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor para a Área do Hotel de Lamelas, de acordo com o disposto no artigo 110.º do código do procedimento administrativo e tendo em conta o longo período de tempo decorrido desde o momento em que se decidiu sobre a elaboração do plano (12 de julho de 2012), tendo inclusive passado o prazo dado para a conclusão do mesmo que eram 180 dias durante o qual se alteraram os pressupostos de ocupação para aquela área, e atendendo ao facto de a Câmara Municipal de Ribeira de Pena ter em fase de licenciamento o projeto que se enquadra nas estratégias e opções de ocupação e uso do solo consideradas na UOPG aprovada inicialmente. A todos os interessados que desejem formular reclamações, observações ou sugestões, é fixado o prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, as quais deverão ser apresentadas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena, no qual deverá constar a identificação do subscritor, a localização e o objeto da exposição, bem como a respetiva fundamentação, a entregar diretamente no gabinete municipal de atendimento ou através de remessa por carta registada ou ainda através de submissão eletrónica no sítio da Internet. Para constar se publica este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares de estilo e bem ainda divulgados na comunicação social e na página da Internet deste Município.

19 de julho de 2013. — O Presidente da Câmara, *Agostinho Alves Pinto*, Dr.
207139668

MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

Aviso n.º 10555/2013

Em cumprimento do disposto nos n.os 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 30 de agosto, aplicada à Administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, torna-se público que por despacho do Senhor Presidente da Câmara, foram nomeados, em regime de comissão

de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, por reunirem as necessárias condições, os técnicos superiores abaixo indicados.

Estas nomeações foram precedidas de procedimentos concursais, com efeitos a partir da data dos respetivos despachos, nos termos da referida lei.

Por despachos de 10 de julho de 2013:

No cargo de Chefe da Divisão de Cultura e Turismo — Álvaro de Brito Moreira; no cargo de Chefe da Divisão Jurídica e de Administração Geral — Diana Paula Ferreira Salgado; no cargo de Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro — Maria Adriana Salgado Magalhães; no cargo de Chefe da Divisão de Finanças e Compras — Maria Alcina Marques Oliveira; no cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos — Maria de Fátima Coelho Pereira e no cargo de Chefe da Divisão de Ação Social — Rita Moreira Alves Miranda Azevedo.

Por despacho de 15 de julho de 2013:

No cargo de Diretora do Departamento de Desporto, Educação, Cultura e Ação Social — Paula Maria Brandão Silva.

Sínteses Curriculares

Nome: Álvaro de Brito Moreira

Habilitações Literárias: Licenciatura em Ciências Históricas. Pós-graduação em Gestão Cultural. Doutoramento em Geografia e História. Formação Profissional: Frequência de ações/cursos de formação profissional, seminários, colóquios, etc., relacionados com a área funcional do cargo a prover, dos quais se destacam: “Técnicos de Proteção do Património Cultural” (UM); “Introdução às culturas e arte africana” (Un. Portucalense); “Alta direção em Administração Local” (CEFA); “O novo sistema de avaliação do desempenho da Administração Pública” (IGAP); e “Concepção e planeamento de projetos para a valorização do património e turismo” (UM).

Experiência Profissional: Iniciou a sua atividade profissional no Projeto Arqueológico do Alqueva. Foi docente de História no nível secundário e Professor convidado na Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Exerce funções na Câmara Municipal de Santo Tirso como Técnico Superior desde 1990, exercendo cargos dirigentes desde 1998. É responsável pelo Museu Municipal Abade Pedrosa, Gabinete Municipal de Arqueologia, Museu Internacional de Escultura Contemporânea, Centro Interpretativo do Monte Padrão e Centro Interpretativo da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso. É formador acreditado e é autor de diversas publicações científicas.

Nome: Diana Paula Ferreira Salgado

Habilitações Literárias: Licenciatura em Direito. Pós-graduação em “Direito Administrativo e Administração Pública”.

Formação Profissional: Frequência de ações/cursos de formação profissional, seminários, colóquios, etc., relacionados com a área funcional do cargo a prover, dos quais se destacam: “O controlo interno nas plataformas eletrónicas de contratação pública”; “A execução do controlo de empreitada de obras públicas no CCP”; “O concurso público no CCP, aplicação prática”; “Revisão do Código dos Contratos Públicos” (IGAP) e “Lei dos compromissos e pagamentos em atraso” (ANMP).

Experiência Profissional: A exercer funções na Câmara Municipal de Santo Tirso como técnica superior desde 1995. Desempenha funções em cargos dirigentes desde 1999. Exerce também, enquanto substituta, funções de notária privativa da Câmara Municipal e de secretária das reuniões do executivo camarário.

Nome: Maria Adriana Salgado Magalhães

Habilitações Literárias: Licenciatura em Direito.

Formação Profissional: Frequência de ações/cursos de formação profissional, seminários, colóquios, etc., relacionados com a área funcional do cargo a prover, dos quais se destacam: “A nova Lei das Finanças Locais” (IGAP); “As implicações da 4.ª alteração da lei do Tribunal de Contas” (IGAP); “O novo código dos contratos públicos” (Global Estratégias); “O novo regime de contratação pública” (IGAP); “O novo regime de empreitadas de obras públicas” (IGAP); “Notariado privativo e registo predial” (ATAM); “O novo regime jurídico de organização dos serviços das autarquias locais” (CEFA); “Plano de riscos de corrupção e infrações conexas” (IGAP); “Contratação pública e casos apreciados pelo Tribunal de Contas e Tribunais Administrativos” (IGAP); “Lei dos compromissos: análise e apreciação da Lei n.º 8/2012” (IGAP); “O novo estatuto do pessoal dirigente” (IGAP); “A responsabilidade financeira dos gestores e eleitos locais” (Quadros e Metas); e “CCP-O impacto da recente legislação financeira” (IGAP).

Experiência Profissional: A exercer funções na Câmara Municipal de Santo Tirso como técnica superior desde 1990. Desde 1993 que de-